

Caldas Novas Transmissão

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações condensadas dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Caldas Novas Transmissão S.A.
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caldas Novas Transmissão S.A. (“Caldas Novas” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caldas Novas Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de maio de 2021. O relatório da auditoria foi emitido com opinião adversa, conforme informado, a Companhia realizou na respectiva data, alteração na alocação do preço do contrato de concessão em relação a anteriormente definida e reconheceu retrospectivamente os efeitos dessa mudança através da reapresentação dos valores correspondentes, no qual consideraram em desacordo com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contratos de clientes, que estabelece que a alocação do preço do contrato e a determinação da taxa de desconto devem ser realizadas na adoção inicial do pronunciamento. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020 o total de ativos está superavaliado em R\$ 31.266 mil, o passivo não circulante superavaliado em R\$ 2.103 mil, o resultado líquido superavaliado em R\$ 2.835 mil e o patrimônio líquido superavaliado em R\$ 26.328.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de janeiro de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7



Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

Caldas Novas Transmissão S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.628	1.681	Fornecedores		98	182
Concessionárias e permissionárias	6	668	553	Empréstimos e financiamentos	9	1.545	1.482
Ativo contratual	7	4.612	3.956	Impostos correntes a pagar		89	74
Impostos a recuperar		10	10	Obrigações estimadas		6	8
Outros ativos		314	119	Dividendos a pagar	11.c	3.688	1.128
				Outras contas a pagar		258	224
Total do ativo circulante		7.232	6.319	Total do passivo circulante		5.684	3.098
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Aplicações financeiras	5	830	799	Empréstimos e financiamentos	9	5.074	6.619
Ativo contratual	7	68.702	59.738	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.a	2.258	1.961
				Outros tributos diferidos	15.a	2.676	2.325
		69.532	60.537	Total do passivo não circulante		10.008	10.905
Imobilizado		12	13	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		69.544	60.550	Capital social	11.a	18.149	18.149
				Reserva de lucros	11.b	42.935	34.717
				Total do patrimônio líquido		61.084	52.866
				Total do passivo		15.692	14.003
Total do ativo		76.776	66.869	Total do passivo e patrimônio líquido		76.776	66.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida	12	14.348	5.457
Custo de operação e manutenção	13	<u>(1.856)</u>	<u>(1.041)</u>
Lucro bruto		<u>12.492</u>	<u>4.416</u>
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8.b	(421)	(498)
Remuneração do pessoal		(112)	(121)
Serviço de terceiros		(248)	(287)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(69)</u>	<u>(63)</u>
Total das despesas gerais e administrativas		<u>(850)</u>	<u>(969)</u>
Receitas financeiras	14	80	44
Despesas financeiras	14	<u>(477)</u>	<u>(535)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(397)</u>	<u>(491)</u>
Resultado antes da tributação		11.245	2.956
Imposto de renda e contribuição social	15.c	<u>(468)</u>	<u>(173)</u>
Resultado do exercício		<u>10.777</u>	<u>2.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado do exercício	10.777	2.783
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.777</u>	<u>2.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.149	1.804	30.791	-	50.744
Resultado do exercício	-	-	-	2.783	2.783
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	139	-	(139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(661)	(661)
Constituição da reserva retenção de lucros	-	-	1.983	(1.983)	-
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.149	1.943	32.774	-	52.866
Resultado do exercício	-	-	-	10.777	10.777
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	539	-	(539)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.559)	(2.559)
Constituição da reserva retenção de lucros	-	-	7.679	(7.679)	-
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.149	2.482	40.453	-	61.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício		10.777	2.783
Ajustes em:			
Tributos e impostos diferidos	15.a	648	52
Remuneração do ativo contratual	12	(4.607)	(4.809)
Depreciação		1	2
Juros de empréstimos e financiamentos	9.c	456	518
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(79)	(18)
		<u>7.196</u>	<u>(1.472)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Ativo contratual		(5.013)	4.030
Concessionárias e permissionárias		(115)	(18)
Outros ativos		(195)	(79)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(84)	178
Impostos correntes a pagar		163	140
Obrigações estimadas		(2)	1
Outras contas a pagar		35	32
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>(5.211)</u>	<u>4.284</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(148)	(129)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.837</u>	<u>2.683</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		-	(6)
Aplicações financeiras		48	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>48</u>	<u>(4)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		-	(2.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9.c	(1.480)	(985)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	9.c	(458)	(290)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(1.938)</u>	<u>(3.275)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(53)</u>	<u>(596)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.681	2.277
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>1.628</u>	<u>1.681</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(53)</u>	<u>(596)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	5.813	1.091
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	9.295	4.809
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.076)	(1.372)
Valor adicionado bruto	13.032	4.528
Depreciação e amortização	(1)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	13.031	4.526
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	80	43
Valor adicionado total a distribuir	13.111	4.569
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	518	603
Remunerações	48	52
Férias e 13º Salário	10	11
Encargos sociais (Exceto INSS)	8	5
Benefícios	31	37
Administradores	421	498
Impostos, taxas e contribuições	1.339	648
INSS (Sobre folha de pagamento)	15	17
ICMS	94	-
PIS/COFINS s/faturamento	553	216
Tributos sobre o lucro	468	173
Obrigações intra-setoriais	209	228
Outros	-	14
Remuneração de capitais de terceiros	477	535
Encargos de dívida e variação monetária	469	520
Outras	8	15
Remuneração de capitais próprios	10.777	2.783
Lucro líquido do exercício	10.777	2.783
Valor adicionado distribuído	13.111	4.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Caldas Novas Transmissão S.A. (“Companhia”) com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, pelos acionistas: Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), Desenvix Energias Renováveis S.A. (“Desenvix”), Santa Rita Com. e Instalações Ltda. (“Santa Rita”) e Cel Engenharia Ltda. (“Cel”), vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

1.2 Coronavírus (Covid-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de coronavírus (COVID-19) como uma emergência de surto global. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Diante do cenário descrito anteriormente, a Companhia adotou a medida de auxílio econômico e financeiro introduzida pelo Governo Federal:

Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S). A MP 932 de 01/04/2020 trouxe a redução da alíquota de terceiros, ficando estabelecido a alíquota reduzida de 5,8% para 4,55% nas competências 04/2020, 05/2020 e 06/2020 que estão de acordo com o ato declaratório executivo CODAC Nº 14, de 13 de abril de 2020.

No Setor Elétrico Brasileiro, a pandemia tem causado a apreensão de agentes, governo e consumidores com os possíveis impactos econômico-financeiros, exigindo ações que garantam a solvência do setor.

Tendo em vista a agilidade requerida, em atenção a diversas manifestações recebidas pela Agência e considerando a necessidade de preservação dos serviços essenciais de energia elétrica, em especial após a recomendação de medidas de isolamento social, a ANEEL implementou medidas iniciais para mitigação dos efeitos da pandemia, tais como: suspensão de prazos (Portaria nº 6.310, de 2020), aprovação de medidas excepcionais em relação a suspensão de serviço e priorização de serviços essenciais (REN nº 878, de 2020), instituição do GMSE (Portaria nº 6.335, de 2020), aprovação de reajustes com suspensão da aplicação por 90 (noventa) dias e, dentre outros, a liberação de valor remanescente de Encargos de Serviço de Sistema (ESS), conforme Despacho nº 986, de 7 de abril de 2020.

O serviço de transmissão é regido pelo Contrato de Prestação do Serviço de Transmissão (CPST) e remunerado pela disponibilidade das instalações, por meio do recebimento mensal pelas transmissoras de um duodécimo da RAP homologada em cada Ciclo Tarifário. O faturamento da receita mensal pelas transmissoras ocorre a partir do pagamento pelos usuários do sistema de transmissão – geradores, distribuidoras, consumidores livres e importadores/exportadores – dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e de encargos de conexão.

Tendo em vista que um dos efeitos da pandemia no setor elétrico é a possível redução de demanda no segmento de consumo (distribuidoras e consumidores livres), as ações no segmento de transmissão devem incentivar que os usuários do sistema de transmissão continuem honrando seus contratos e cumprindo suas obrigações quanto aos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

Nesse sentido, a principal medida a ser avaliada consiste na utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2021. A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2021/2022, que se inicia em 1º de julho de 2021.

Por fim, o seguinte impacto foi identificado nas demonstrações financeiras da Companhia:

Postergação de vencimento dos empréstimos, pelo prazo de seis meses tendo início na parcela vincenda do mês de maio de 2020. Com essa postergação a transmissora tem uma estimativa de aumentar seu fluxo de caixa com valores que contemplam amortização e juros em mais ou menos R\$ 640. O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos exercícios dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Quanto aos impactos nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência, estão sendo monitorados pelo setor financeiro e até o momento, a inadimplência das transmissoras permanece nos mesmos patamares de antes do surgimento da pandemia, dentro de 0,5%.

1.3 Da concessão

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:

Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.

Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à Transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 2.895/2021, emitida pela ANEEL em 19 de julho de 2021, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2021-2022 é de R\$ 6.118, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) do setor elétrico - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D e PEE, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,25%.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devido à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º, da Lei nº 12.783/2013, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para a obtenção dos licenciamentos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de janeiro de 2022.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações das demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) **Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) **Reconhecimento do ativo de contrato**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) **Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato**

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

(iv) **Margem de construção**

É a diferença entre o valor presente dos fluxos de recebimento mais a previsão do valor da indenização, e o valor total da previsão dos custos a incorrer no projeto, no momento do leilão.

(v) **Determinação das receitas de infraestrutura**

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(vi) **Determinação das receitas de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.5 Mensuração e divulgação do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “ativo contratual”, “Concessionárias e permissionárias”, “Ativo contratual” e “Outros créditos”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Dividendos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT).

e. Ativo de contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma

alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado

da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Fixo		2	-
Bancos		6	1
Banco do Brasil	Aplicação automática *	161	215
Caixa Econômica Federal	FIC Giro**	<u>1.459</u>	<u>1.465</u>
		<u>1.628</u>	<u>1.681</u>

* Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e é remunerada à taxa de 98% do CDI (98% em 31 de dezembro de 2020).

** Refere-se a Depósito Interfinanceiro (DI) a média de remuneração mensal é de 0,26% em 31 de dezembro de 2021 (0,10% em 31 de dezembro de 2020).

5 Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
CEF	FIC especial/personal RF LP	<u>830</u>	<u>799</u>
		<u>830</u>	<u>799</u>

Refere-se à aplicação financeira em cotas dos Fundos de Investimentos FIC ESPECIAL RF LP e FIC PERSONAL RF LP de carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa do Banco Caixa Econômica Federal, está vinculado ao financiamento com o BNDES como garantia concedida à instituição financeira. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES. A média de remuneração mensal é de 0,36% em 31 de dezembro de 2021 (0,39% em 31 de dezembro de 2020).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica	503	458
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	165	95
	668	553

Referem-se a encargos de uso de rede básica do sistema de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

7 Ativo contratual

	31/12/2020	Atualização/ remuneração do ativo contrato (+)	Ganhos (+)	Baixas do ativo de contrato (-)	Transferência (+)/(-)	31/12/2021
Ativo contratual	63.694	9.295	4.688	(4.363)	-	73.314
Circulante	3.956	-	-	-	656	4.612
Não circulante	59.738	9.295	4.688	(4.363)	(656)	68.702

	31/12/2019 (Reapresentado)	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Baixa do ativo de contrato	31/12/2020
Ativo contratual	62.915	4.809	(4.030)	63.694
Circulante	3.956	-	-	3.956
Não circulante	58.959	4.809	(4.030)	59.738

As contas a receber referem-se à prestação de serviços de construção e encargos de uso de rede básica do sistema de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. A TIR do projeto é de 3,47% ao ano, Margem de Construção é de 0,5% ao mês, e a Margem de Operação é de 1,5% ao mês.

8 Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, as transações são

realizadas e mensuradas nas mesmas condições de mercado conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1). As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços por Furnas Centrais Elétricas S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a despesa com serviço de O&M totalizou R\$ 538 (R\$ 511 em 31 de dezembro de 2020).

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores e encargos totalizou R\$ 421 (R\$ 498 em 31 de dezembro de 2020), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	Data de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Contrato 13211071015	Entre 2% a.a. e 3,5% a.a. + TJLP	Março/2028	5.841	6.773
BNDES Contrato 13211071023	Entre 2% a.a. e 3,5% a.a.+ TJLP	Maió/2023	<u>778</u>	<u>1.328</u>
			<u>6.619</u>	<u>8.101</u>
Circulante			1.545	1.482
Não circulante			5.074	6.619

b. Cronograma de pagamento

2022	1.545
2023	1.078
2024	922
2025 a 2028	<u>3.074</u>
	<u>6.619</u>

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2019	<u>8.858</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(985)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<u>(290)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	<u>(1.275)</u>
Outras variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	<u>518</u>
Total das outras variações relacionadas com passivos	<u>518</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>8.101</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>8.101</u>

Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.480)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(458)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.938)
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	456
Total das outras variações relacionadas com passivos	456
Em 31 de dezembro de 2021	6.619

Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa por representarem custos na obtenção de recursos financeiros.

d. Garantias

A Companhia deu como garantia do contrato de empréstimo a alienação fiduciária das ações emitidas pela Caldas Novas Transmissão S.A. de propriedade dos acionistas Santa Rita e Cel Engenharia, que corresponde a 50,10% das ações emitidas, e o restante da dívida é garantido mediante fiança da Companhia, da Eletrobrás e de Furnas.

e. Covenants

O contrato de financiamento do BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Comprometimento Sobre a Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 25%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, a qual, se ocorrer, deve ser previamente autorizada pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de, no mínimo, 1,3, a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3, a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

Adicionalmente, a Companhia precisará manter outra conta reserva com recursos equivalentes a, no mínimo, três vezes o valor do último pagamento vencido do contrato de O&M.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato firmado com o BNDES e mantém conta reserva de repasse de mais de três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, conforme nota 4.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício antes dos impostos	11.245	2.956
(+/-) Resultado financeiro líquido	(397)	(491)
(+) Depreciação	1	2
(+/-) Outras despesas/receitas não operacionais	69	63
(+/-) Receita de remuneração do ativo contratual	(9.295)	(4.809)
(+/-) Receita anual permitida no exercício (Recebimentos)	5.488	5.121
Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	7.111	2.842

Índice de cobertura da dívida perante o BNDES

	31/12/2021	31/12/2020
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade do exercício anterior	1.681	2.277
(+) Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	7.110	2.842
(-) IRPJ/CSLL (Pagamento)	<u>(148)</u>	<u>(129)</u>
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal e pagamento de juros	<u>1.938</u>	<u>1.275</u>
C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	<u>4,46</u>	<u>3,91</u>

ii. Índice de capital próprio

	31/12/2021	31/12/2020
Total do patrimônio líquido	61.084	52.866
Total do ativo	<u>76.776</u>	<u>66.869</u>
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	<u>80%</u>	<u>79%</u>

10 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída provisão em razão da inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportadas pelos seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda, bem como de perda possível que requeresse divulgação.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de R\$ 18.149, representado por 18.149.094 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	30/09/2021			31/12/2020		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor
Furnas Centrais Elétricas S.A.	9.056.398	49,900%	9.057	9.056.398	49,900%	9.057
Santa Rita Com. e Instalações Ltda.	4.546.348	25,050%	4.546	4.546.348	25,050%	4.546
Cel Engenharia Ltda.	4.546.348	25,050%	4.546	4.546.348	25,050%	4.546
	<u>18.149.094</u>	<u>100%</u>	<u>18.149</u>	<u>18.149.094</u>	<u>100%</u>	<u>18.149</u>

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definida no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada em ata anualmente.

c. Dividendos a pagar

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja paga no decorrer do exercício de 2021, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

12 Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de remuneração do ativo financeiro	9.295	4.809
Receita de operação	5.813	1.091
Receita bruta	15.108	5.900
(-) PIS e COFINS	(551)	(215)
(-) Encargos regulatórios	(209)	(228)
Receita líquida	14.438	5.457

13 Custo de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais	(694)	(272)
Serviços de Terceiros	(1.019)	(723)
Seguros	(48)	(44)
Outros	(95)	(2)
Total Custo de Operação	(1.856)	(1.041)

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	79	43
Outras Receitas Financeiras	1	1
	80	44
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	(456)	(518)
Atualizações monetárias	(4)	(2)
Outras despesas financeiras	(17)	(15)
	(477)	(535)
Resultado financeiro líquido	(397)	(491)

15 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2021				31/12/2020
	Base de cálculo	Impostos correntes	Baixas correntes	Total	
PIS diferido	73.314	91	(28)	477	414
COFINS diferido	73.314	419	(131)	2.199	1.911
Outros tributos diferidos		510	(159)	2.676	2.325
IRPJ diferido	73.314	280	(88)	1.466	1.274
CSLL diferido	73.314	152	(47)	792	687
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos		432	(135)	2.258	1.961
Total		942	(294)	4.934	4.286

b. PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Anual Permitida (RAP)	5.488	5.121
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(200)	(186)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	159	146
Imposto corrente no resultado	(41)	(40)
Receita de remuneração	13.984	4.809
Base de cálculo do imposto diferido	13.984	4.809
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(510)	(175)
PIS e COFINS dedução da receita	(551)	(215)

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP) – Recebimentos	5.488	5.488	5.121	5.121
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	439	659	410	615
Receitas financeiras	80	80	46	46
	519	739		
Base de cálculo			456	661
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(78)	(66)	(68)	(59)
Adicional de 10% - IRPJ	(28)	-	(22)	-
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	88	47	80	44
Imposto corrente no resultado	(18)	(19)	(10)	(15)
Receita de remuneração	13.984	13.984	4.809	4.809

Base de cálculo do imposto diferido	13.984	13.984	4.809	4.809
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	1.119	1.678	385	577
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido no resultado	(280)	(151)	(96)	(52)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(298)	(170)	(106)	(67)

c. PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Anual Permitida (RAP)	5.488	5.121
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(200)	(186)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	159	146
Imposto corrente no resultado	(41)	(40)
Receita de remuneração	13.984	4.809
Base de cálculo do imposto diferido	13.984	4.809
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(510)	(175)
PIS e COFINS dedução da receita	(551)	(215)

d. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP) – Recebimentos	5.488	5.488	5.121	5.121
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	439	659	410	615
Receitas financeiras	80	80	46	46
	519	739		
Base de cálculo			456	661
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(78)	(66)	(68)	(59)
Adicional de 10% - IRPJ	(28)	-	(22)	-
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	88	47	80	44
Imposto corrente no resultado	(18)	(19)	(10)	(15)
Receita de remuneração	13.984	13.984	4.809	4.809
Base de cálculo do imposto diferido	13.984	13.984	4.809	4.809
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	1.119	1.678	385	577
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido no resultado	(280)	(151)	(96)	(52)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(298)	(170)	(106)	(67)

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação	Valor
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	8
Aplicações financeiras	Custo amortizado	2.450
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	668
Ativo contratual	Custo amortizado	73.314
Outros ativos	Custo amortizado	314
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
		76.754
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	6.619
Dividendos a pagar	Custo amortizado	3.688
Outras contas a pagar	Custo amortizado	258
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
		10.565
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação	Valor
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1
Aplicações financeiras	Custo amortizado	2.480
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	553
Ativo contratual	Custo amortizado	63.694
Outros ativos	Custo amortizado	119
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
		66.847
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação	Valor
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.101
Dividendos a pagar	Custo amortizado	1.128
Outras contas a pagar	Custo amortizado	225
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
		9.454
		<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(iii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(iv) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o

acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Empréstimo e financiamento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Prefixada	129	257	1.159	3.845	1.229	6.619

(v) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

c. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2021 averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		4,42	3,32	2,21
Aplicações financeiras		2.450	2.450	2.423	2.396
Remuneração estimada			108	81	54
Efeitos no resultado				(27)	(54)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		5,32	6,65	7,98
Empréstimos e financiamentos		6.619	6.619	6.531	6.443
Juros estimados			352	440	528
Efeitos no resultado				(88)	(176)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

17 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Responsabilidade Civil	5.000	13/09/2021 a 13/09/2022
Risco operacional	20.038	13/09/2021 a 13/09/2022

* * *

Lauriston Severino
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Edson Júnior da Silva
Contador - CRC GO-001605/O